



DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO RIO JACUÍPE NA PERSPECTIVA DO USUÁRIO NO MUNICÍPIO DE IBATEGUARA, ALAGOAS

Sirlange Soares da Silva Brito ¹

RESUMO

A presente pesquisa apresenta um diagnóstico socioambiental do rio Jacuípe, focando na perspectiva dos usuários do município de Ibateguara, AL. O trabalho examina os impactos das ações antrópicas na qualidade e disponibilidade de água, evidenciando problemas recorrentes como a má qualidade do abastecimento e constantes faltas não adequadas. A metodologia aplicada baseia-se em pesquisa qualitativa, com entrevistas e questionários, respeitando padrões éticos vigentes. Os resultados demonstram uma insatisfação generalizada dos usuários, além de baixo engajamento e conscientização ambiental da população sobre os desafios do rio. Destaca-se a importância de políticas públicas eficientes e de fiscalização rigorosa para garantir o saneamento básico adequado e a conservação da bacia hidrográfica. Propõe a ampliação de programas de educação ambiental e estudos futuros que incentivem soluções inovadoras para a sustentabilidade hídrica e o bem-estar da comunidade.

Palavras-chave: Diagnóstico socioambiental, Rio Jacuípe, Ibateguara, Sustentabilidade hídrica.

RESUMEN

La presente investigación presenta un diagnóstico socioambiental del río Jacuípe, centrándose en la perspectiva de los usuarios del municipio de Ibateguara, AL. El trabajo examina los impactos de las acciones antrópicas en la calidad y disponibilidad de agua, evidenciando problemas recurrentes como la mala calidad del abastecimiento y constantes faltas no adecuadas. La metodología aplicada se basa en investigación cuali-cuantitativa, con entrevistas y cuestionarios, respetando los estándares éticos vigentes. Los resultados demuestran una insatisfacción generalizada de los usuarios, además de bajo compromiso y concientización ambiental de la población sobre los desafíos del río. Se destaca la importancia de políticas públicas eficientes y de fiscalización rigurosa para garantizar el saneamiento básico adecuado y la conservación de la cuenca hidrográfica. Propone la ampliación de programas de educación ambiental y estudios futuros que incentiven soluciones innovadoras para la sostenibilidad hídrica y el bienestar de la comunidad.

Palabras clave: Diagnóstico socioambiental, Río Jacuípe, Ibateguara, Sostenibilidad hídrica.

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Bolsista Capes, sirlange.soares@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Os rios urbanos, na maioria dos casos são caracterizados por suas áreas degradadas, esses recursos hídricos são diretamente afetados pelas ações antrópicas, cercados de cidades, sujeitos a diversos impactos ambientais, tais como a alteração de seus cursos naturais, desmatamento de matas ciliares, assoreamento, despejo de resíduos, poluição de suas águas, perda da flora e da fauna, dentre outras características que acabam alterando as dinâmicas naturais dos corpos hídricos (Almeida, 2010).

As questões ambientais ganharam expressividade a partir da década de 60, diante dos significantes avanços dos impactos negativos ao meio ambiente pelas ações do homem, a paisagem natural vem sendo modificada cada vez mais em decorrência das práticas econômicas. Ao se apropriar indevidamente dos recursos naturais e/ou ocupar o espaço, ignorando em muitos casos os limites e as potencialidade dos ecossistemas, reflete drasticamente no meio ambiente e consequentemente na sociedade em seus entornos.

Nas últimas décadas notoriamente, cresce as preocupações com a escassez de água potável em todo planeta terra. São diversas as tentativas de manter o equilíbrio dos ecossistemas, para garantir às futuras gerações o direito de usufruir desse bem tão preciosos que é a água. O município de Ibateguara é privilegiado, pois possui abundancia de água em seu território, possui nascentes do rio Jacuípe nas proximidades de sua sede, esse que é um rio de domínio da União por receber as águas do Rio Taquara, ao entrar no município de Colônia de Leopoldina, e que segue na divisa entre os Estados de Alagoas e Pernambuco.

A população enfrenta problemas relacionados ao abastecimento, os usuários constantemente demonstram insatisfação e questionam a qualidade dessas águas ofertadas, que por diversas vezes chegam com uma coloração e cheiro inadequado, inviabilizando o consumo, o que faz com que esses usuários busquem por outras alternativas de abastecimento, para possam beber e cozinhar com mais tranquilidade, elas são obrigadas a comprarem água a terceiros, mesmo pagando caro pela água encanada. Se não bastasse chegar com padrões inadequados em diversos momentos, as faltas constantes sem motivos aparentes são outro problema enfrentado pela população, que por vários dias ficam sem água, mesmo que não seja em períodos de estiagem, quando poderia ser facilmente compreensiva as faltas de água.

Se faz necessário subsidiar a apropriação humana sobre os recursos naturais mediante avaliações da vulnerabilidade socioambiental, levando-se em consideração os indicadores socioeconômicos da população ibateguarense, seu bem estar e a saúde do ambiente natural.



Bem como, analisar o sistema de abastecimento de água no município de Ibateguara-AL, atentar para a compreensão do que se refere a lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; e ao atendimento de qualidade e prestação de serviço adequada a população residente.

Ao analisarmos a forma, a estrutura e a função da empresa fornecedora de água e dos donos de terras que desviam os cursos d'água para as mais diversas atividades rurais, poderemos compreender suas dinâmicas para com a população e para com o meio ambiente, buscaremos entender como o processo de conservação e eficiência torna-se contínuo, garantindo o bem estar da sociedade em geral, pois “é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles” (SANTOS, 2008, p 76).

O nascimento já concede ao cidadão direitos inalienáveis e inegáveis como, água de qualidade, saneamento adequado, moradia digna para todos, assim como outros bens essenciais e vitais a sobrevivência humana. Porém, o que se tem na sociedade capitalista é a negação e omissão dos direitos ao cidadão, principalmente de órgãos que seriam para zelar da saúde e do bem estar público da população, órgãos estes que vislumbram interesses próprios negando seus próprios deveres e funções dentro da sociedade atual.

Através da pesquisa, foi possível observar o quanto as pessoas tornam-se refém de instituições privadas, que mesmo diante de tantas evidências, não ofertam um produto de qualidade para a população, as deixando sem opções. Ficando evidente a necessidade de uma fiscalização mais rígida por parte dos órgãos competentes, tanto para proporcionar o bem estar dos usuários, quanto do meio ambiente, que por ser explorado, acaba ficando suscetível a danos ambientais graves.

METODOLOGIA

Para iniciarmos a pesquisa buscamos a priori escolher e delinear os caminhos a serem seguidos, para podermos atingir os resultados esperados. É uma pesquisa aplicada, pois possui a intenção de gerar conhecimentos para aplicação prática e voltada para solucionar problemas específicos, no caso um diagnóstico socioambiental do rio Jacuípe no município de Ibateguara, Alagoas na perspectiva do usuário. Para Gil (2010), a pesquisa aplicada envolve estudos organizados com a finalidade de solucionar problemas no âmbito das sociedades em que os pesquisadores fazem parte. Nessa perspectiva, Vergara (2013), defende que a pesquisa aplicada



tem como principal finalidade a prática e que é motivada por uma necessidade imediata ou não do pesquisador.

Em relação aos objetivos propostos, classificamos a pesquisa como exploratória, por proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com a pretensão de o tornar explícito. Quanto aos procedimentos técnicos, considera-se bibliográfica e de estudo de caso. Pois foi realizada revisões bibliográficas, de fontes primarias; legislações, e secundarias; dados analisados e publicados, escritos e eletrônicos; artigos científicos e livros para suporte teórico e de estudo de caso.

A pesquisa se caracteriza quanto ao método quali-quantitativo, mostrando a visão dos sujeitos da pesquisa, suas percepções e soluções referentes as questões socioambientais envolvendo o abastecimento de água e as problemáticas que envolvem o rio Jacuípe. Formas diferenciadas de expressar e pensar a geografia, além de, estudo *in loco*. Entrevistas, realizadas no mesmo período e local da aplicação dos questionários. Com avaliação e interpretação de dados coletados.

Os métodos utilizados nessa pesquisa nos proporcionaram uma visão ampla e específica dos problemas enfrentados pela população ibateguarense e do quanto eles estão cientes das problemáticas ambientais que envolvem o rio Jacuípe na região. As entrevistas e aplicação de 100 (cem) questionários, em 10 (dez) ruas do município, teve como técnica a amostragem casual simples, feita com uso da planilha eletrônica do Excel, todos os entrevistados se disponibilizaram a participar da pesquisa e nos autorizaram fazer uso das informações coletadas, buscamos obedecer aos padrões éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016 da CONEP, a qual estabelece que toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação do Sistema CEP/CONEP.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os rios exercem um papel muito importante para o desenvolvimento das cidades, desde as primeiras civilizações, para as mais diversas funções, seja como meio de transporte, agricultura, consumo, abastecimento, e infelizmente como local de descarte de resíduos. Diante dessas circunstâncias, as comunidades foram se acomodando próximas às margens dos rios e cada vez mais ele foi se tornando fundamental para o desenvolvimento urbano e para as atividades mencionadas (MIGUEZ et al, 2018).

As inter-relações entre a sociedade, o meio ambiente, e o desenvolvimento passam por muitos caminhos ideológicos, que envolvem diversas dimensões da sustentabilidade. Beck



(2011), defende que, as inter-relações demonstram uma certa preocupação entre a ligação do homem com a natureza nas últimas décadas, o que gera debates no âmbito das avaliações dos efeitos causados pelos modelos de desenvolvimento econômico no planeta.

O contínuo crescimento populacional aliado à crescente necessidade de água para usos em diversos setores econômicos e sociais foram aos poucos aumentando a pressão sobre os recursos hídricos, com progressiva redução da qualidade de água e alterações nos regimes de fluxos de água, tanta pelas quantidades derivadas como pelas obras hidráulicas construídas para atender as crescentes demandas. Tal situação levou a uma crescente preocupação com a sustentabilidade dos recursos hídricos (CRUZ, 2001, p. 42-43)

Com o avanço das ocupações nas proximidades dos rios, foram surgindo técnicas para abastecerem as residências e melhor atender a população, sendo utilizados sistemas de abastecimento de água,

[...] no entanto, a partir da segunda metade do século XIX, com a revolução industrial, que os sistemas de abastecimento de água aos núcleos populacionais sofreram modificações profundas. O crescimento demográfico urbano, consequência dessa revolução, determinou a necessidade de se estabelecer uma infraestrutura que assegurasse o consumo, a distribuição e a salubridade tanto da água potável quanto daquela destinada a usos industriais ou agrícolas. (Alvés & Clemente, 2014, p.17).

Essa foi à maneira mais simples de combater e solucionar problemas de saúde e de controlar epidemias que atingiam cada vez mais a população, que por sua vez só aumentava devido ao êxodo rural, que a cada dia tornava-se mais intenso, devido ao gigantesco processo de industrialização.

Atualmente, os Sistemas de Abastecimentos Públicos obedecem a normas e padrões regidos pela Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As unidades de Abastecimentos Públicos convencionais contam com a Captação: estrutura para retirada de água do manancial abastecedor; Adução: canalização de transporte da água entre as diversas unidades do sistema; Tratamento: retirada das impurezas indesejáveis ao emprego final da água; Reserva: armazenamento dos excessos de água para compensações de equilíbrio; Distribuição: condução através de canalizações (rede de tubulações) até os pontos de consumo.

Todos os sistemas de abastecimento de água potável devem prezar pela qualidade e quantidade, assegurar à população sua potabilidade e a continuidade do abastecimento suficiente ao controle e prevenção de doenças, melhores condições sanitárias, conforto e segurança coletiva. Não é obrigatório que seja um sistema complexo e caro, mas um sistema eficiente. As técnicas utilizadas para o tratamento das águas, devem adequar a água bruta aos padrões de potabilidade, sendo indispensável nesse processo à clarificação (remoção dos



sólidos em suspensão) e a desinfecção da água (inativação dos micro-organismos patogênicos, realizada por intermédio de agentes físicos e/ou químicos). (Alves & Clemente, 2014.)

Para um bom desenvolvimento de um sistema de abastecimento se faz necessário a cobrança de taxas, para que se possa manter a água potável adequada para consumo com suas características mantidas aos padrões de potabilidade vigentes, fazendo-se análise das características específicas a esse fim, tais como: características físicas, químicas e biológicas da água bruta, para poder saber a viabilidade do tratamento, nível técnico do pessoal de operação condicionado ao desenvolvimento institucional dos serviços de saneamento; custos de implantação e operação de todo o sistema e disponibilidade dessas unidades de tratamento.

Toda a remuneração de qualquer serviço de distribuição de água poderá ser feita por cobrança de taxas que é um modelo de tributo, que quando paga, corresponde a uma direta contraprestação, cobrada pelo Estado ou tarifas que é um preço público, normalmente cobrado por uma empresa que possui concessão pública para executar determinado serviço, a depender das peculiaridades do serviço de cada Município onde essas empresas de distribuição se façam presentes.

Os valores cobrados para a remuneração dos serviços públicos de saneamento básico devem ser administrados de modo a atender às exigências e à capacidade econômica de seus usuários, garantindo quantidade e qualidade para os mesmos sem distinção de classe ou renda, além da preservação de suas bacias hidrográficas.

As bacias hidrográficas são de extrema importância para humanidade, pois a água é um recurso natural essencial para a sobrevivência humana. O homem tendo conhecimento das bacias hidrográficas podem evitar algumas catástrofes, como por exemplo, inundações e até mesmo a falta de água. Podendo contribuir para o uso consciente e assegurando que todos possam usufruir desse bem que é direito de todos, qualquer água seja superficial ou subterrânea precisa de um tratamento prévio para o seu consumo de modo a assegurar que está não representa qualquer perigo para a saúde humana.

Todos os sistemas de abastecimento em âmbito nacional estão assegurados por leis estaduais. Em Alagoas é atuante, a LEI Nº 5.965 de 10 de novembro de 1997. Publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 11 de novembro de 1997. Que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Passa-se agora à caracterização do que são serviços públicos essenciais. Contudo, delimitar objetivamente os serviços investidos de essencialidade é tarefa difícil. Dessa forma, “é salutar aceitar a tese de que “todo serviço público é essencial”, entretanto, sempre, “será



necessária a análise do caso concreto para aferir se, naquela dada situação, o serviço é essencial a quem dele usufrui e se a sua falta acarretará violação de direitos fundamentais constitucionalmente garantidos” (Cunha, 2004, p. 67).

Para Filho (2005, p. 478), o conceito de serviço público se aplica de tal modo: “é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinada a pessoas indeterminadas e executada sob regime de direito público

Outro conceito de serviço público afirma que se pode conceituar essa espécie de atividade estatal da seguinte maneira:

“toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade fruível preponderantemente pelos administrados, prestada pela Administração Pública ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito público, instituído em favor de interesses definidos como próprios pelo ordenamento jurídico” (Gasparini, 2003, p. 267).

Os municípios têm por direito assegurado pela Lei nº 9.433/97 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos no Art.27 a cobrança pelo uso de recursos hídricos objetivando; reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário indicação de seu real valor descrito no inciso I; incentivar a racionalização do uso da água e disciplinar a localização dos usuários, buscando a conservação dos recursos hídricos de acordo com a sua classe de uso preponderante conforme os incisos II e IV.

O cálculo do custo da água para efeito de cobrança pelo seu uso deve ser observado segundo o Art.31; as funções: natural, social e econômica conforme o inciso IV; o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas; as condições socioeconômicas do usuário conforme os incisos XI e XII. O Art. 32 mostra o que deve ser feito com os valores arrecadados: Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados; no financiamento de estudos, programas, acertos e obras incluídas em Plano Diretor de Recursos Hídricos ditado pelo inciso I.

A Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas, Lei nº 5.965/97, através de suas leis tanto assegura ao consumidor os seus direitos quanto relata os seus deveres, diante da importância associada a água sendo um recurso essencial para a sobrevivência da humanidade, mostra como esse recurso deve ser manuseado, desde o seu tratamento, os cuidados que devem ter com as suas nascentes, os critérios utilizados para arrecadação financeira e até mesmo como se deve ser aplicada. Assegurando a população do estado o



cumprimento da lei estadual que assegura o fornecimento de uma água digna para consumo e a garantia das futuras gerações usufruírem deste bem primordial para existência humana.

A Agência Nacional de Águas – ANA, criada em 2001, estabelecida pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, complementa a estrutura institucional da gestão de recursos hídricos em nosso País. A entidade assumiu a responsabilidade da Política Nacional de Recursos Hídricos, possui o poder de fiscalizar, outorgar e cobrar pelo uso da água, em conformidade com as atribuições dos órgãos gestores de cada estado (CARVALHO, 2018).

O contínuo crescimento populacional aliado à crescente necessidade de água para usos em diversos setores econômicos e sociais foram aos poucos aumentando a pressão sobre os recursos hídricos, com progressiva redução da qualidade de água e alterações nos regimes de fluxos de água, tanto pelas quantidades derivadas como pelas obras hidráulicas construídas para atender as crescentes demandas. Tal situação levou a uma crescente preocupação com a sustentabilidade dos recursos hídricos (CRUZ, 2001, p. 42;43).

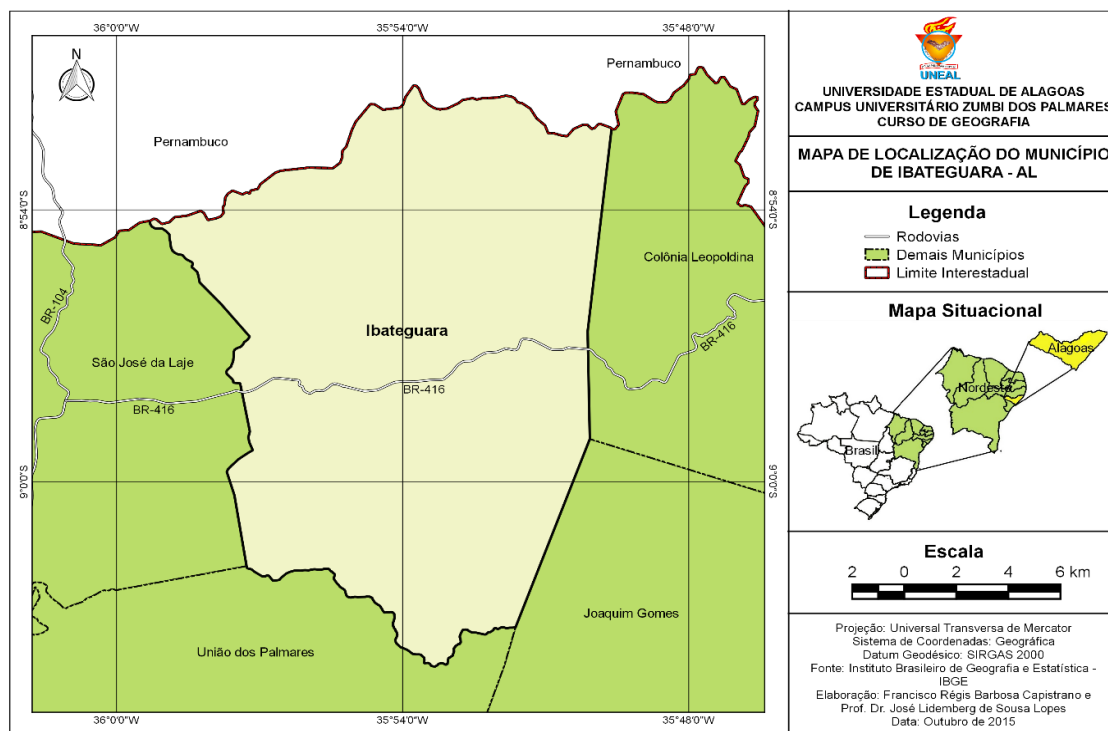
As temáticas envolvendo a sustentabilidade hídrica são destaques em diversos evento pelo mundo, foi destaque na Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin, na Agenda 21, que teve sua origem na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO92, 1992). Esses e outros eventos destacam a importância de se desenvolver ações para orientar o uso dos recursos hídricos que sejam essenciais e imediatas (CRUZ, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ibateguara, nome de origem indígena que significa lugar alto, encontra-se localizada na microrregião Serrana dos Quilombos na Mata Alagoana, com uma altitude de 520 metros, fica a 117 km da Capital Maceió, com uma população estimada segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 13.731 habitantes no ano de 2022, com uma Área de 265,312 Km² em 2022, com uma Densidade populacional de 57,10 hab./Km², Latitude 08° 58' 21" S, Longitude 35° 56' 22" W, segundo dados oficiais do IBGE (2022).



Figura 1- Localização de Ibateguara-Alagoas



Fonte: Lopes (2015)

Ibateguara concentra em seus territórios uma grande abundância de água, grandes barragens e águas vindas dos lenções freáticos, tem em seu território a nascente da bacia do rio Jacuípe, a qual segue um longo percurso de aproximadamente 85 km até chegar em sua foz alcançar sua foz no município de Barreiros, em Pernambuco, onde desagua no rio Una, que desemboca no litoral sul do estado de Pernambuco (SEMARH, 2005).

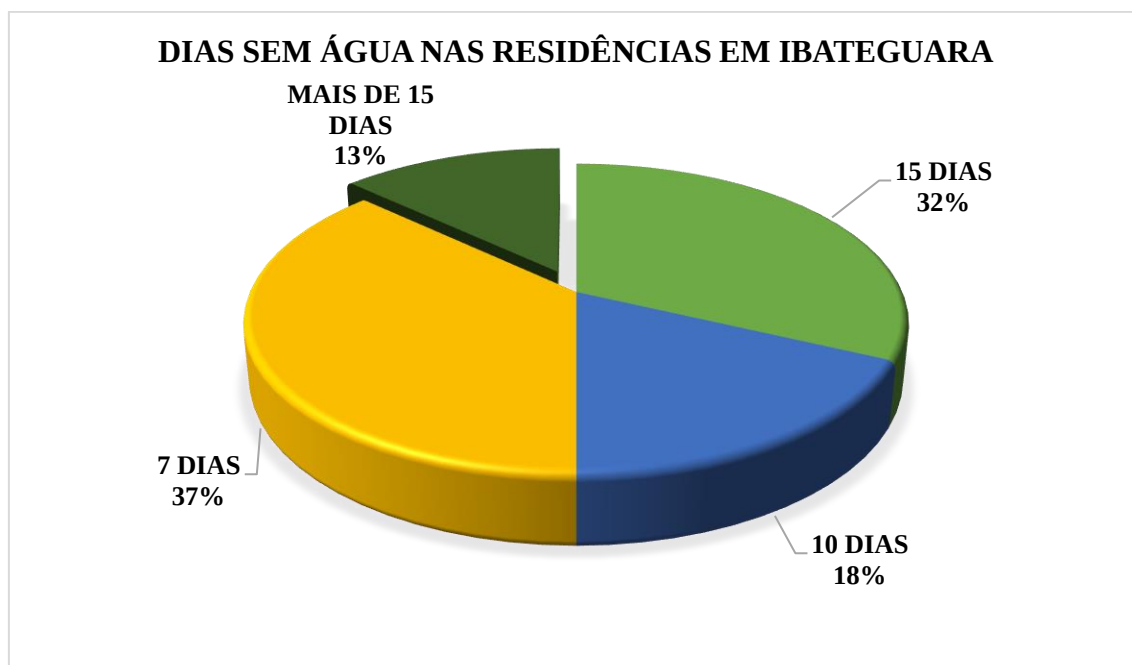
Por muito tempo o rio Jacuípe não foi devidamente gerenciado, apenas em 27 de julho de 2020, é que foi criado o Comitê da Bacia Hidrográfica Região do Jacuípe-Una, CBHR JACUÍPE-UNA. Que desde então tenta manter o monitoramento e conter as vulnerabilidades ambientais que acometem o rio, principalmente nos territórios do município, tais quais: áreas sem coberturas vegetais; áreas de queimadas que tornam o solo mais exposto e vulnerável a processos erosivos; ausência e/ou degradação de matas ciliares; potencial de contaminação hídrica, além de, monitorar a disponibilização de águas para os usuários.

Mesmo sendo um município com grande potencial hídrico, os usuários constantemente passam por problemas relacionados a oferta de água, pois nem sempre a que sai das torneiras é adequada para uso doméstico, o que os deixam revoltados e reféns das empresas que captam e distribuem a água.

Anteriormente eram duas empresas responsáveis pelo abastecimento de água no município, o Samae (Sistema de Abastecimento Municipal de Água e Esgoto) e a Casal (Companhia de Saneamento de Alagoas), atualmente é feita pela Casal (captação), e a distribuição pela Verde Alagoas, uma “empresa privada responsável pela administração dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário em 27 municípios do Litoral Norte e Zona da Mata de Alagoas” (Verde Alagoas, 2025).

Através da aplicação dos questionários aos usuários, foi possível constatar a insatisfação da população, que mesmo pagando caro, passam dias sem ter água em suas casas. Conforme podemos constatar a seguir.

Figura 02: Quantidade de dias sem água nas residências de Ibateguara-Alagoas



Fonte: Elaborado pela autora, Agosto 2025.

Com aplicação de questionários a população ibateguarense constatamos que 18% (dezoito por cento) da população passaram até 10 (dez) dias sem chegar água em suas casas, 32% (trinta e dois por cento) dos usuários já ficaram até 15 (quinze) dias sem que chegasse água em suas residências, 37% (trinta e sete por cento) já passaram até 07 (sete) dias e 13% (treze por cento) já passaram mais de 15 (quinze) dias sem água em suas casas.

Essa situação da falta de água no município de Ibateguara não é uma problemática nova, e que com o passar dos anos só mudam as justificativas e a insatisfação da população só cresce. Por muito tempo se mantiveram calada diante das faltas de fornecimento e tratamento da água, porém em 20 de junho de 2025, após mais de 10 dias sem água em suas residências, em todas

as ruas, não apenas em algumas, como geralmente acontece, resolveram se posicionar e reivindicar seus direitos, fazendo um protesto na entrada principal do município, com a esperança de serem notados pelas autoridades competentes.

Figura 03: Protesto da População contra a falta de abastecimento de água

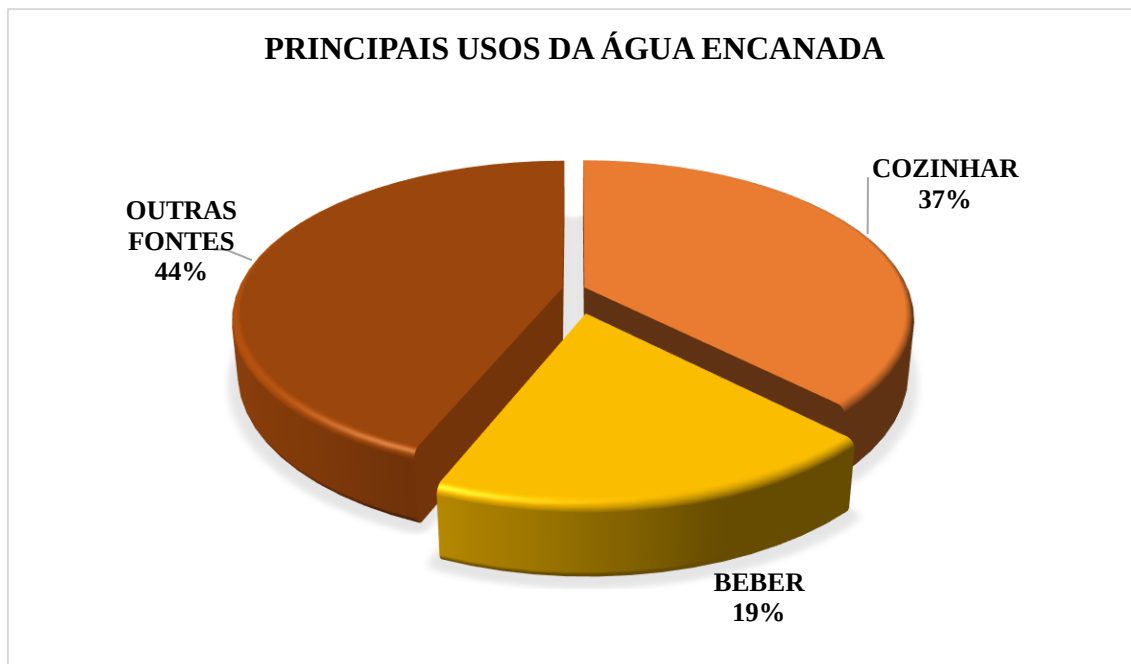


Fonte: Portal 7Segundos, 2025.

As águas ofertadas ao serem armazenadas em tonéis, baldes ou caixas d'água, apresentam após alguns minutos uma grande quantidade de lama, no fundo dos recipientes, com cheiro desagradável, o que faz com que os usuários estejam sempre limpando suas caixas d'água, tonéis e demais reservatórios, pois não fazendo isso acabam ficando com irritações na pele, devido a essas impurezas presentes na água.

Mesmo com os problemas citados acima, cerca de algumas pessoas utilizam dessas águas para beber ou cozinhar, acreditando ser apropriada para 19% (dezenove por cento) bebem da água encanada, 37% (trinta e sete por cento) usam para cozinhar e para outros usos, mas não bebem, e por fim, 44 % (quarenta e quatro por cento) preferem comprar água mineral para cozinhar e beber, fazendo uso apenas para as demais atividades domésticas. A parcela da população que não possui condições financeiras para estarem buscando outras alternativas acabam fazendo uso da água para todas as suas necessidades, estando ela em boas condições ou não. Conforme ilustração da figura 04.

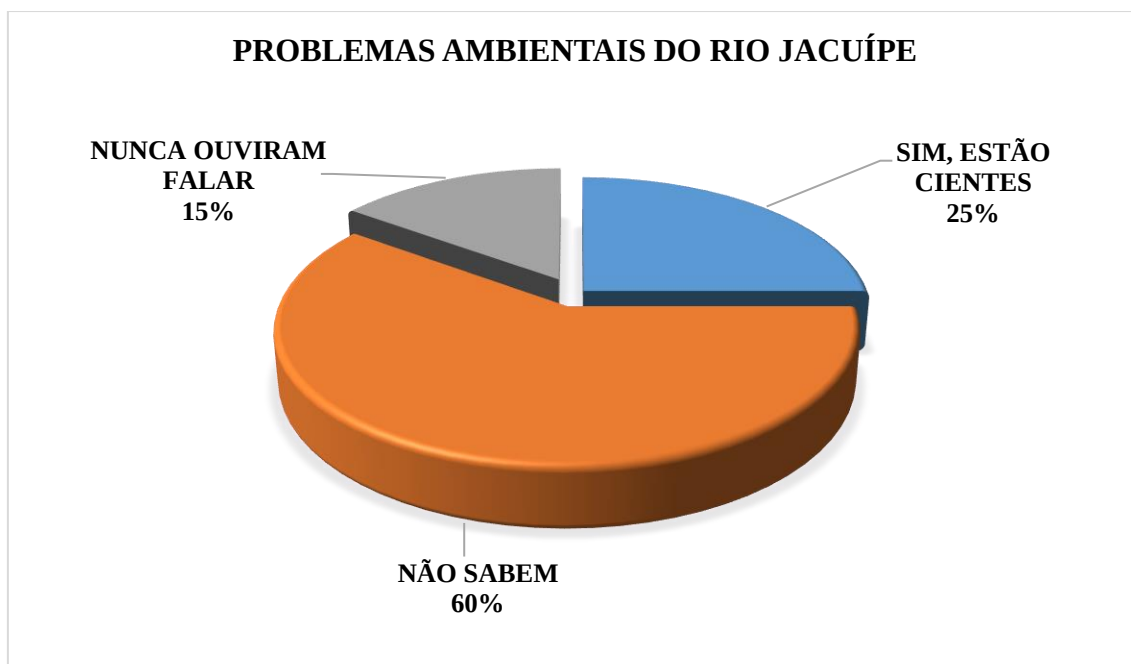
Figura 04- Principais utilidades da água encanada



Fonte: Elaborado pela autora, Agosto 2025.

Através da pesquisa realizada e da interpretação da figura 05, é possível ter um panorama quanto à percepção da população sobre as questões ambientais que afetam este importante corpo hídrico que é o Rio Jacuípe, algo que vai muito além das faltas constantes de água em suas residências e da qualidade da mesma.

Figura 05- Problemas Ambientais do rio Jacuípe



Fonte: Elaborado pela autora, Agosto 2025.



Dos entrevistados 60% (sessenta por cento) afirmaram "Não" ter conhecimento ou não se importam com os problemas do Rio Jacuípe, somado aos 15% (quinze por cento) que "Nunca ouviram falar", totaliza-se uma expressiva maioria de 75% (setenta e cinco por cento) que demonstra um distanciamento significativo em relação à saúde ambiental do rio.

Essa desconexão da população com a realidade ambiental do rio Jacuípe é um fator que agrava as problemáticas já existentes, sobre as faltas de água e altas cobranças. A falta de conscientização e engajamento dificulta a implementação de políticas públicas eficazes e a adoção de práticas sustentáveis por parte dos cidadãos. Que sem o entendimento da gravidade dos problemas e a percepção da sua própria responsabilidade na degradação ou preservação do rio, torna desafiador mobilizar a comunidade para futuras ações de recuperação e conservação.

Apenas 25% (vinte e cinco por cento) da população que respondeu "Sim" demonstra ter alguma ciência ou preocupação com os problemas ambientais do Rio Jacuípe. Este pequeno percentual evidencia a urgência de estratégias de educação ambiental e comunicação voltadas para a bacia hidrográfica, a fim de informar, sensibilizar e incentivar a participação ativa dos moradores nas discussões e soluções para os desafios enfrentados. Compreender a fundo as causas dessa falta de conhecimento e engajamento é o primeiro passo para reverter esse quadro e promover uma gestão participativa e sustentável do Rio Jacuípe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico socioambiental do rio Jacuípe no município de Ibatiguara evidenciou sérias vulnerabilidades relacionadas à qualidade e disponibilidade de água para a população local. A pesquisa revelou a insatisfação dos usuários quanto ao abastecimento, refletindo na necessidade urgente de políticas públicas efetivas e de fiscalização rigorosa para garantir o direito ao saneamento básico de qualidade.

Além disso, constatou-se um distanciamento da comunidade em relação à conscientização ambiental, o que dificulta ações participativas para a conservação do recurso hídrico. É recomendável a ampliação/ promoção de programas de educação ambiental e fomentar estudos futuros que explorem soluções inovadoras para o manejo sustentável das bacias hidrográficas, bem como a avaliação do impacto socioeconômico das interferências na oferta de água, objetivando a promoção do bem-estar e da saúde pública no município.

A pesquisa busca deixar evidente os riscos sociais e ambientais, devido a não preservação dos corpos hídricos pertencentes ao rio Jacuípe e os futuros danos que isso poderá



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

acarretar a curto e longo prazo. Também abre oportunidade para novas e amplas discussões sobre a temática abordada ou afins, por parte da comunidade acadêmica.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. Q. de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos:** bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

ALVES, A. C. F. S. P., CLEMENTE, J. A. **Degradação Ambiental e Sociedade: Um Estudo do Manancial de Abastecimento Público da Cidade de Santana do Mundaú-AL.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

BECK, ULRICH. Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade, 2.ed . São Paulo: Editora 34, 2011.

CARVALHO, A. T. F. Metodologia para avaliação de sustentabilidade hidroambiental para projetos de intervenções em rios perenes (MASRios). Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Engenharia Civil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2018. 155f.

CRUZ, J. C., Disponibilidade Hídrica para Outorga: Avaliação de Aspectos Técnicos e Conceituais. Porto Alegre. 189 p. (Tese. Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CUNHA, R. A. B. da. **Controle Judicial das Omissões do Poder Público.** São Paulo: Saraiva, 2004.

FILHO, M. J. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2005.

GASPARINI, D. **Direito administrativo.** 8. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEI 5.965, SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- SEMARH; Disponível em: http://www.semarh.al.gov.br/institucional/legislacaodocumentos/Lei_5965.pdf. Acesso em: 16/08/2025.

LEI 9.433 **Política Nacional de Recursos Hídricos**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 16/08/2025.

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007 **Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 20/08/2025.

MIGUEZ, M. G.; DI GREGÓRIO, L.T.; VERÓL, A.P. Gestão de Riscos e Desastres Hidrológicos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

PORTAL 7 SEGUNDOS. Sem água há dez dias, moradores de Ibateguara bloqueiam via e ateiam fogo em protesto. 2025. **Fotografia.** Disponível em: <https://www.7segundos.com.br/maceio>. Acesso em: 10/09/2025.



SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 76 p.

SEMARH, **Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais**. Estudos de Disponibilidade e Demandas Hídricas na Bacia Hidrográfica do Rio Jacuípe, Maceió, Julho-2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.